

Desafios institucionais para os Museus Universitários: reflexões a partir da experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Institutional challenges for University Museums: reflections based on the experience of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)

Desafíos institucionales para los Museos Universitarios: reflexiones a partir de la experiencia de la Universidad Federal del Río de Janeiro (UFRJ)

ALINE ROCHA DE SOUZA FERREIRA DE CASTRO¹

ANTONIO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA²

Resumo: Este artigo possui o objetivo de discutir sobre os desafios enfrentados pelos museus universitários, considerando as interseções com as diversas práticas universitárias, a partir da realidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A análise é exploratória, baseada na experiência dos autores, em referenciais teóricos e documentos oficiais da UFRJ. A partir da análise realizada, verificou-se que os Museus Universitários são fundamentais para preservação do patrimônio e disseminação do conhecimento produzido pela universidade, embora enfrentem desafios de financiamento e gestão.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Administração Universitária; Práticas Universitárias; Museus/Museologia.

Abstract: *This article aims to discuss the institutional challenges faced by university museums, considering this intersections with different university practices, based on the reality of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). The analysis is exploratory grounded in the authors' experience, relevant theoretical frameworks, and official UFRJ documents. From this analysis, it was found that university museums are fundamental for preserving heritage and disseminating knowledge produced by the university, although they face significant challenges regarding funding and management.*

Keywords: *Public Policies; University Administration; University Practices; Museums/Museology.*

1 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4631-362X>. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Museu da Geodiversidade; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8511-1911>. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Departamento de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo discutir los desafíos que enfrentan los museos universitarios, considerando las intersecciones con diferentes prácticas universitarias, a partir de la realidad de la Universidad Federal del Río de Janeiro - UFRJ. El análisis es exploratorio, basado en la experiencia de los autores, referencias teóricas y documentos oficiales de la UFRJ. Del análisis realizado se encontró que los museos universitarios son fundamentales para preservar el patrimonio y difundir el conocimiento producido por la universidad, aunque enfrentan desafíos de financiamiento y gestión.*

Palabras clave: *Políticas Públicas; Administración Universitaria; Prácticas Universitarias; Museos/ Museología.*

INTRODUÇÃO

Os Museus Universitários são museus que fazem parte das universidades e, por isso, sua estrutura, administração, corpo técnico e missão, se mesclam com as da universidade, ou seja, estão inseridos nas “práticas típicas das universidades e que no seu cotidiano técnico, político e administrativo vivenciam o seu sistema de valores e a sua função social” (Ribeiro, Segantini e Granato, 2019, p. 54). Esses espaços possuem as características exigidas para o funcionamento de um museu, como pesquisa, conservação, documentação e educação museal. Contudo, nem sempre essas ações ocorrem em sua plenitude. Muitas delas podem estar em processo, ter avanços ou retrocessos, mas de alguma forma estão presentes, ainda que de forma embrionária. Mas, para além desses pontos, eles também compartilham as particularidades do sistema universitário e estão inseridos na mesma lógica de pensamento, estrutura e administração, além, é claro, do conjunto de valores e costumes que existem no âmbito universitário e que variam de universidade para universidade, pois a autonomia universitária permite alguma liberdade às gestões dessas instituições.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ existem 19 museus, conforme mencionado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2023 (ano base 2022) da Comissão Própria de Avaliação - CPA (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023). Neste documento utiliza-se o termo “Entes Museais” para contemplar este conjunto de equipamentos, contudo, para fins metodológicos e por compreender que a legislação brasileira (Estatuto de Museus, Brasil, 2009) já determina as nomenclaturas para os casos específicos que ainda não são museus, neste artigo todos os espaços e iniciativas que estejam em processo de musealização serão consideradas museus, incluindo os processos museológicos mencionados no Estatuto de Museus (Brasil, 2009).

Independente da denominação, esse é um número significativo de equipamentos museais para uma única universidade e uma universidade com as dimensões, as complexidades e a antiguidade da UFRJ, o que aumenta o desafio institucional para a administração desses espaços. Esses museus são responsáveis por preservar parte do patrimônio museológico brasileiro, ao mesmo tempo em

que possuem forte compromisso social ao disseminar, de forma lúdica e atrativa, o conhecimento que é produzido na universidade. Esse forte compromisso também é com a academia e com a Ciência, pois os museus se tornam vitrines das universidades. São protagonistas que nem sempre têm a sua importância reconhecida.

A relevância desses espaços é grande, mas em um cenário de baixos orçamentos como os vividos nas últimas duas décadas, as especificidades de um museu, tais como conservação do acervo, planejamento e execução de exposições e atividades educativas museais, cujo desenvolvimento depende de profissionais especializados como museólogos, educadores, conservadores, entre outros, que necessitam de aporte orçamentário específico, são considerados investimentos ou um fardo para a universidade? Esse tipo de questionamento pode parecer exagerado para quem está envolvido com a área, mas pode ser que exista uma parte da comunidade acadêmica (e até do restante da sociedade) que pense assim. Por isso, é importante saber justificar com propriedade a relevância desses espaços, não apenas para a universidade, mas para a sociedade como um todo.

Os museus da UFRJ possuem as mais variadas características: recursos humanos e estruturas físicas de vários formatos e tamanhos. As características de cada vínculo também são outro ponto que influenciam e impactam na administração e na disponibilização de recursos humanos e financeiros. Considerando esse contexto, a UFRJ apresenta-se como um potente estudo de caso para se refletir sobre os desafios enfrentados pelos museus que estão nas universidades. A partir da contextualização dos desafios enfrentados pelos museus universitários, o objetivo deste artigo é refletir sobre as suas potencialidades no que diz respeito às políticas institucionais e inserção na prática universitária, utilizando a UFRJ como estudo de caso.

A pesquisa tem natureza exploratória, em que os pesquisadores possuem familiaridade com o tema (Gil, 2008), ou seja, a análise enfocou os museus universitários, que assim como as universidades, são espaços diversos e plurais, a partir da experiência pontual dos autores com o Museu da Geodiversidade (IGEO) e com a UFRJ.

A análise foi aprofundada a partir das reflexões realizadas por referenciais teóricos, em especial, Carvalho, Julião e Cunha que publicaram em 2022 o artigo *Museus Universitários no Brasil: diagnóstico e proposições*; Ribeiro (2013) que publicou o texto *Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão*, cujo objetivo foi analisar a gestão dos museus universitários, relacionando-a com as funções das universidades: o ensino, a pesquisa e a extensão; Ribeiro, Segantini e Granato (2019), que refletiram sobre os museus e patrimônio cultural universitário, ressaltando a importância das parcerias e articulações; e Bruno (1997), que no I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas

Gerais - no âmbito da mesa redonda - Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários mostrou como os Museus Universitários também contribuem para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Além desses, alguns documentos oficiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como o *Você Faz Cultura 2012, uma política cultural, artística e de difusão científico-cultural para a UFRJ* (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012) e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ - PDI³ (2020-2024, revisto em 2023) (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023) foram fundamentais para subsidiar as discussões realizadas.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E OS MUSEUS DA UFRJ

Ainda são poucos os documentos oficiais que se propõem refletir, desenvolver estratégias e determinar políticas públicas para o conjunto de museus da UFRJ. Na contramão desta afirmação encontra-se o Documento *Você Faz Cultura 2012, uma política cultural, artística e de difusão científico-cultural para a UFRJ*, que merece destaque por sua importância, complexidade e por ser o único documento encontrado na pesquisa realizada que se debruça, além de outros pontos, sobre os museus da universidade. Ele sistematiza os princípios, diretrizes, programas, projetos e ações sobre o tema, discutidos com a comunidade interna e externa, em um ciclo de seminários promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012). O texto foi aprovado em plenária, em novembro de 2012 e submetido ao Conselho Universitário (CONSUNI), onde também foi aprovado, já em 2014.

O documento preconiza aspectos fundamentais para o meio universitário e acadêmico, mas sem perder de vista os problemas e os vícios que esse ambiente centenário ainda carrega. Por isso, ressaltam-se no texto questões importantes como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a importância do múltiplo e contínuo diálogo entre os saberes, com a sociedade e, em especial, entre arte e ciência. A promoção da diversidade cultural e dos saberes insurgentes, bem como a abertura e democratização para o ensino básico e a escola pública também são contempladas na política (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012).

3 O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento essencial para o credenciamento e o recredenciamento das instituições de educação superior no sistema federal de ensino (Decreto nº 9.235, de 15/12/2017) e nele são definidos a missão, visão e valores, bem como a política pedagógica da instituição e as estratégias para atingir suas metas e objetivos (Universidade Federal do Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://pdi.ufrj.br/>. Acesso em: 11 jun. 2024).

A acessibilidade, os direitos culturais, a autonomia universitária, a cultura nacional, as políticas públicas nacionais e o financiamento, entre outros, são princípios que são destacados no documento e regem a política. Princípios importantes e ao mesmo tempo frágeis, que podem ser derrubados com alguma facilidade por não haver mecanismos de fortalecimento destes e da própria política, que com o passar dos anos (aparentemente) deixou de ser prioridade para as administrações posteriores e, mais de uma década depois, está praticamente esquecida.

Até o momento da redação deste texto, não foi possível localizar o referido documento publicado em nenhuma página oficial da UFRJ. No sítio do Fórum de Ciência e Cultura, por exemplo, há apenas menção à sua existência, sem disponibilização do conteúdo. Em buscas realizadas em mecanismos de pesquisa, o documento foi encontrado hospedado na página da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ – Seção Sindical do ANDES-SN⁴); entretanto, não foi possível acessá-lo por meio da navegação direta em seu site institucional, mas apenas por meio de resultados obtidos em buscadores externos. Isso corrobora a argumentação acerca da fragilidade e do esquecimento em torno do documento, além de dificultar que novos servidores e pesquisadores da área tenham conhecimento sobre a sua existência e conteúdo.

Reconhecendo a relevância e qualidade do trabalho, destaca-se um trecho do documento, que, naquela ocasião, preconizara que a:

[...] política cultural, artística e de difusão científico-cultural deverá escorar-se num equilíbrio, sempre delicado e instável, entre, de um lado, disciplinas, especificidades, diversidade e, por conseguinte, autonomias, e, de outro lado, interdisciplinaridades, interações, articulações, sinergias e unidade. De um lado, reconhecem-se e valorizam-se as múltiplas formas do conhecimento e das expressões culturais e artísticas; de outro lado, reconhecem-se e valorizam-se a unidade do conhecimento, as exigências interdisciplinaridades da revolução epistemológica em curso e a comunidade institucional e cognitiva que é a Universidade. Trata-se, simultaneamente, de reconhecer as barreiras que nos separam em campos particulares, e de construir pontes e túneis que nos unam... E, em alguns casos, por que não, trata-se de ter a coragem de derrubar algumas dessas barreiras, hoje anacrônicas, fruto de heranças positivistas no campo científico e/ou heranças feudalizantes no campo institucional-acadêmico (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 10).

Era um momento em que se reconheciam as diferenças, mas se buscavam meios para a união e trabalho em conjunto, em parceria; ao mesmo tempo em que se pretendia romper com alguns paradigmas e vícios. É bem provável que na atualidade esses desejos permaneçam na comunidade museal universitária, mas podem estar

4 Disponível em: https://adufrrj.org.br/wp-content/uploads/2014/09/revista_voce_faz_cultura_final_web.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

soterrados pela urgência do desejo de permanência, de não fechar as portas com receio de que a sociedade simplesmente não note. O trabalho em conjunto permanece, mas permanece por insistência individual dos servidores que atuam nos museus e nas coleções e não impulsionada por uma organização ou política institucional.

De volta ao documento, que foi dividido em 5 eixos de ação, o eixo Acervos, Arquivos, Centros de Memória, Museus, Espaços de Ciência e Patrimônio Edificado destinou-se a contemplar tudo que pode compreender os museus, as coleções e as edificações tombadas que pertencem à universidade. Esse eixo é bastante abrangente e diversificado no que tange aos aspectos patrimoniais e museais, e determina como prioridade ações como o levantamento, qualificação, sistematização e registro de todos os equipamentos que dão nome ao eixo, bem como, já no item dois, à preservação, à conservação e ao desenvolvimento deles. Há também a previsão de atividades que propiciem a disponibilização dos acervos e arquivos para uso de vários tipos, tais como catálogos, bancos de dados e exposições. Para os imóveis de alto valor histórico e tombados, foi prevista a sua restauração, preservação, ocupação e uso (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012).

Além das ações voltadas ao mapeamento da situação dos patrimônios da universidade, com vistas à sua posterior conservação e restauração, foram planejadas algumas iniciativas que, mesmo à época, já se mostravam ousadas e que, hoje, soam como quimeras. Os projetos envolviam a criação do Museu do Conhecimento e de duas redes, uma denominada “Caminhos do Conhecimento” e outra “Irradiação do Conhecimento”. O Museu do Conhecimento seria um espaço, com “formato de grandes centros de ciência”, com estrutura de apoio como auditórios, salas de cinema, teatro, espaço para oficinas, cursos para uso do público geral e espaços próprios para atendimento dos museus como laboratórios de restauração e digitalização do acervo. Nesse local haveria grandes exposições com acervos de vários museus e existiria a possibilidade de guarda de acervo para os museus que solicitassem (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012).

Para as unidades que mantivessem suas estruturas nos prédios de origem, fomentaria-se a sua visitação através do projeto Caminhos do Conhecimento para que os demais espaços museais existentes na Cidade Universitária e outros Campi se tornassem conhecidos e, com o projeto Irradiação do Conhecimento, seria incentivada uma política de ação museal extra muros, onde seriam montadas exposições e atividades fora da universidade, como ônibus com exposições e acervos itinerantes, planetário inflável e exposições de curta duração para serem montadas em outras cidades (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012).

Além da implantação de programas, projetos e ações diversas, foi prevista a criação de um sistema, chamado na ocasião de SIMAPE - Sistema Integrado de Museus, Acervos, Arquivos e Patrimônio Edificado, com o intuito de contribuir

para a elaboração de uma política abrangente que contemplasse ações de médio e longo prazos, além da necessidade de reunir e organizar um corpo técnico específico e especializado, com recursos financeiros assegurados para sua implementação e gestão. No documento ficou estabelecido que o SIMAPE deveria operar como uma entidade ligada ao Fórum de Ciência e Cultura (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012).

Desde que foi previsto, este sistema iniciou suas atividades de modo informal, com reuniões de planejamento e algumas ações pontuais. Posteriormente, com um escopo menor, foi aprovado no Conselho Superior Universitário, em sessão especial realizada no dia 28 de junho de 2018, 6 anos depois, com o nome: Sistema de Acervos, Museus e Patrimônio da UFRJ (SIMAP/UFRJ) e está em atuação até os dias de hoje (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018). A equipe conta com 1 docente em sua coordenação e 3 técnico-administrativos em educação e integra o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. É responsável por um importante Programa Institucional de Bolsas Acadêmicas, voltado para a atuação e formação dos discentes nos museus da universidade.

Após a formalização do documento em 2012, encontrou-se menção a mais alguns encontros pontuais para avaliação, sendo um deles realizado em 2015. Porém, após esses encontros, aos poucos, parece que a política deixou de ser considerada. É uma grande perda para a universidade que esta importante política não tenha sido incentivada e consolidada passados mais de 10 anos de sua elaboração.

O enfraquecimento dessa política se reflete no enfraquecimento do próprio SIMAP, que embora seja a parte da política que mais foi consolidada, considerando o eixo sobre os museus, ainda enfrenta muitos desafios. Um exemplo dessa fragilidade institucional é a necessidade, que se impõe de forma cíclica, de pleitear a continuidade de seu programa institucional de bolsas, concebido com foco exclusivo nas ações museais. Tal circunstância evidencia não apenas a ausência de uma política permanente e consolidada de fomento, como também a precariedade com que o trabalho nos museus universitários é historicamente tratado, sujeito às oscilações administrativas e à disponibilidade conjuntural de recursos. Situações como essa são evidências do quanto os processos de institucionalização dos museus podem ser demorados e passam por momentos de avanços e retrocessos e, muitas vezes, deixam de ser prioridades para as administrações das universidades quando o cenário é desfavorável financeiramente.

A complexidade que caracteriza a administração central da UFRJ e suas unidades organizacionais (UORGs) repercute igualmente na constituição e no funcionamento de seus museus. Integram esse conjunto instituições com trajetórias profundamente distintas: de um lado, museus criados há pouco mais de uma década, como o Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ); de outro, o Museu Nacional (FCC/UFRJ), com mais de dois séculos de existência e reconhecido como o primeiro museu do país, anterior, inclusive, à própria fundação da universidade. Para além

desses exemplos mais notórios, há ainda diversos outros espaços, alguns dos quais já apresentam plenamente as características institucionais, curatoriais e operacionais que os qualificariam como museus, enquanto outros permanecem inseridos em um prolongado e, por vezes, irregular processo de musealização. Esse processo, marcado por avanços pontuais e retrocessos recorrentes ao longo dos anos e das diferentes gestões, evidencia a ausência de diretrizes institucionais contínuas e estruturantes, resultando em assimetrias significativas no modo como o patrimônio universitário é reconhecido, legitimado e preservado no âmbito da própria universidade.

De acordo com o levantamento realizado pelo SIMAP e mencionado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ - PDI (2020-2024, revisto em 2023), 9 espaços museais se reconhecem como pertencentes à categoria museu. São eles: Espaço Memorial Carlos Chagas Filho, vinculado ao Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho⁵; Museu da Geodiversidade, do Instituto de Geociências⁶; Museu da Escola de Enfermagem Anna Nery, vinculado à Escola de Enfermagem Anna Nery⁷; Museu da Escola Politécnica, vinculado à Escola Politécnica⁸; Museu de Química Professor Athos da Silveira Ramos, vinculado ao Instituto de Química⁹; Ladif: Museu Interativo da Física, vinculado ao Instituto de Física¹⁰; Museu Nacional, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura; Museu Dom João VI, vinculado à Escola de Belas Artes¹¹; e Museu Delgado de Carvalho, vinculado à Escola de Música¹² e que está temporariamente fechado, mas possui informações na página do Instituto de Música¹³ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023).

Além desses, existe 1 (um) museu virtual, o Museu Virtual da Faculdade de Medicina, pertencente à Faculdade de Medicina¹⁴, que no momento da redação deste texto não foi localizado *online*¹⁵; duas coleções visitáveis como o Museu de Anatomia “Por Dentro do Corpo”, vinculado ao Instituto de Ciências Biomédicas¹⁶ e

5 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

6 Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN.

7 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

8 Centro de Tecnologia - CT

9 Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN

10 Centro de Tecnologia - CT

11 Centro de Letras e Artes - CLA.

12 Centro de Letras e Artes - CLA.

13 Disponível em: <https://musica.ufrj.br/index.php/institucional/museus/museu-delgado-de-carvalho>. Acesso em: 23 mai. 2024.

14 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

15 Durante a redação desse texto a página <http://www.museuvirtual.medicina.ufrj.br/> não estava disponível.

16 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

o Observatório do Valongo¹⁷; 5 (cinco) instituições que podem ser identificadas como processos museológicos: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, vinculada do Fórum de Ciência e Cultura; Espaço Coppe Miguel de Simoni, vinculado ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE¹⁸; Espaço Memória, Arte e Sociedade Jessie Jane Vieira de Souza, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH; Museu Itinerante de Neurociências, vinculado ao Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho¹⁹; e Exposição Árvore da Vida, Instituto de Biociências²⁰. O Espaço Ciência Nupem, vinculado ao Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade, Macaé, está em processo de autoenquadramento (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023) e o Museu da Computação, vinculado ao Instituto Tércio Pacitti, antigo NCE²¹, está em fase de organização com a inauguração de sua exposição prevista para o ano de 2026.

A maioria desses espaços (17) não consta no organograma da universidade, pois está vinculada a unidades organizacionais que pertencem à estrutura média da universidade, ou seja, às unidades (institutos e escolas), e elas não estão discriminadas no organograma geral, ou seja, os museus, assim como os departamentos, devem aparecer no organograma de suas unidades (e centros, quando for o caso). Apenas os museus vinculados ao Fórum de Ciência e Cultura, como a Casa da Ciência e o Museu Nacional, integram o organograma institucional geral. Tanto o Museu da Geodiversidade quanto o Espaço Memorial Carlos Chagas Filho encontram-se formalmente inseridos no organograma institucional, porém vinculados diretamente às direções de suas respectivas unidades acadêmicas. Tal vinculação, ao conferir reconhecimento administrativo, possibilita que essas instituições se integrem às diretrizes e projetos de suas respectivas unidades, favorecendo o compartilhamento de recursos e a articulação de ações museais, alinhadas aos contextos acadêmicos locais, com diferentes níveis de autonomia, visibilidade e financiamento.

Já o Museu do Observatório do Valongo e o Museu de Anatomia “Por Dentro do Corpo” não constam no organograma institucional, porém possuem o registro oficial de sua criação em atas de reunião de suas respectivas unidades, assim como a exposição *Química em Tudo*. Embora se encontrem em distintos estágios de institucionalização, esses espaços não apenas existem como também seguem atuando de maneira contínua, contribuindo para a preservação, a difusão do conhecimento e o fortalecimento das práticas museais no âmbito da universidade.

17 Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN

18 Centro de Tecnologia - CT.

19 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

20 Centro de Ciências da Saúde - CCS.

21 Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN.

A maior parte desses museus foi criada e é gerenciada por servidores que possuem afinidade com o tema e percebem a importância de determinados patrimônios, mas que recebem pouco auxílio institucional, seja ele técnico, humano ou financeiro. A diversidade de situações é grande e a ausência de uma política museal na universidade amplia a dificuldade desses espaços em se regularizar junto às instâncias administrativas da universidade.

Alguns desse espaços possuem uma vocação histórica e destinam-se a preservar e a contar a história de sua unidade, outros preservam acervos sobre o mesmo tema que a sua unidade e atuam na divulgação desses temas para a comunidade interna e externa; e o Museu Nacional, que se diferencia de todos, por ser o primeiro museu do Brasil e ser mais antigo que a própria UFRJ, que, por sua vez, também é considerada a universidade federal mais antiga do país.

Como se pode observar, trata-se de um cenário marcado por ampla diversidade, seja no que se refere aos graus de institucionalização, às formas de administração, às trajetórias de origem, às vocações ou às temáticas desenvolvidas. Ainda assim, esses espaços, em maior ou menor medida, partilham o compromisso de preservar o patrimônio museal universitário, contribuir para a formação de estudantes e promover a produção e difusão de conhecimentos junto à sociedade. Uma vez reconhecidos como museus, passam a mobilizar um conjunto de práticas e procedimentos específicos que configuram o processo de musealização.

O processo de musealização é muito discutido na literatura da Museologia e pode ter diferentes abordagens, considerando a perspectiva de alguns teóricos. Como o intuito deste trabalho não é discutir teoria museológica, mas sim contextualizar o tema, destaca-se um trecho da definição de Desvallées e Mairesse (2014, p. 58), traduzida para o português por Soares e Cury (2014), em que a Musealização, dentre diversas outras perspectivas, pode ser compreendida, enquanto processo científico, como

[...] o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação, e à apresentação daquilo que se tornou museália.

O processo de musealização envolve um conjunto de ações específicas, orientadas por propósitos claros e voltadas à preservação e à disponibilização, para a sociedade, do conhecimento produzido na universidade por meio de seus museus. Entretanto, esse conjunto de práticas é heterogêneo e frequentemente condicionado pelo chamado “tempo institucional”, ou seja, o intervalo necessário para que propostas sejam apreciadas, tramitadas e efetivamente executadas. No contexto universitário,

esse tempo tende a ser prolongado e ainda é influenciado por variáveis como as gestões central e local, normativas internas, disponibilidade de financiamento, entre outros aspectos. Diante desse cenário, observa-se que tais fatores contribuem para tornar o processo de musealização nos museus universitários mais demorado.

A duração desse “tempo institucional” também se evidencia no processo de criação do SIMAP, já mencionado anteriormente. Idealizado em 2012 e formalmente instituído apenas em 2019, seu regimento interno ainda se encontrava, até 2025, em tramitação para apreciação e aprovação nas instâncias superiores da universidade. Essa “temporalidade prolongada” indica a necessidade de que o “tempo institucional” seja objeto de reflexão no âmbito universitário, de modo a se pensar e implementar mecanismos mais céleres e eficazes para a consolidação dos museus da universidade. Torna-se fundamental o fortalecimento tanto das políticas de preservação quanto das próprias instituições museais, a fim de evitar que sejam gradualmente invisibilizadas, descontinuadas ou enfraquecidas a ponto de comprometer sua permanência, dada suas vulnerabilidades políticas interna e externa.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS: DO MICRO AO MACRO

Em relação à parte institucional, a tramitação para a criação de museus no âmbito da UFRJ ainda passa por alguns desafios, conforme foi discutido. O Museu da Geodiversidade, por exemplo, foi criado pela Reunião Ordinária do Departamento de Geologia realizada em 5 de março de 2007, ainda com outro nome, Museu de Geologia da UFRJ, portanto, seu documento oficial de criação é a Ata desta reunião departamental. Três anos depois, em 2010, o museu foi transferido para o Instituto de Geociências, já denominado Museu da Geodiversidade, em Reunião Ordinária da Congregação da unidade, realizada em 27 de abril de 2010. Após esse encaminhamento, iniciou-se a busca por orientações quanto aos procedimentos necessários para a formalização do reconhecimento institucional do museu no âmbito da UFRJ. Contudo, esse processo revelou-se pouco claro e sistematizado, exigindo esforços reiterados por parte da equipe envolvida para identificar instâncias, normativas e fluxos administrativos adequados, o que evidencia fragilidades nos mecanismos de institucionalização de espaços museais na universidade.

O processo estendeu-se ao longo de vários anos e, em diversos momentos, foi interrompido, uma vez que a mesma equipe responsável pela sua condução também desempenhava as atividades museais em andamento. Com o tempo, o trabalho realizado resultou no reconhecimento da existência desse espaço pela sociedade, pela comunidade acadêmica e pela administração da UFRJ, ainda que de maneira extraoficial, pois não havia documentação formal de criação, além das atas das reuniões do departamento e da unidade, que, inclusive, tramitaram em outras

instâncias administrativas da universidade. A necessidade de encaminhar o processo às instâncias superiores foi identificada pela equipe a partir da observação dos fluxos e protocolos administrativos existentes, já que não havia diretrizes ou normativas específicas para a criação desse tipo de espaço no âmbito da universidade.

Após a aprovação do processo de criação do museu pelo Conselho de Centro ao qual estava vinculado e seu encaminhamento às instâncias superiores, o retorno ocorreu com parecer desfavorável, no qual o conselheiro do Conselho Superior Universitário argumentou que a criação de museus não constituía matéria de competência daquele colegiado. Em contrapartida, e, entre idas e vindas, o que se conseguiu foi que o Conselho Superior Universitário, em sessão de 28 de fevereiro de 2019, na Resolução nº 07/2019, recomendasse a incorporação do Museu da Geodiversidade ao Regimento Interno do Instituto de Geociências, através da criação do Parágrafo único ao Artigo 1º do referido regimento, com a seguinte redação: “Parágrafo único. Integram o Instituto de Geociências o Museu da Geodiversidade e o Polo Casa da Pedra, cuja constituição e normas de funcionamento deverão ser aprovadas pela Congregação do Instituto” (Processo 23079.031009/2018-91).

Esta situação não ocorreu apenas no museu citado. Aconteceram processos similares, mas com pequenas diferenças entre outros museus da UFRJ. Conforme mostra o trabalho “Museus Universitários no Brasil: diagnóstico e proposições” (Carvalho; Julião; Cunha, 2022), os desafios da institucionalização estão presentes de forma recorrente nestes espaços. Alguns estão um pouco mais inseridos na estrutura da universidade e até aparecem no organograma institucional, mas isso ainda é algo que precisa estar mais bem estabelecido pelas universidades federais. Também há uma distribuição quase regular sobre onde os museus estão vinculados na estrutura acadêmica ou administrativa, com destaque para as pró-reitorias, decanias e institutos. Há a necessidade de se ampliar as condições de sua institucionalização na universidade. Para se gerenciar esses espaços com mais segurança e responsabilidade é necessário conhecer melhor a cadeia operatória relacionada aos museus e isso implica em recursos materiais, financeiros e equipe, mas, sobretudo, na disponibilização de mão de obra especializada (Carvalho; Julião; Cunha, 2022).

Carvalho, Julião e Cunha (2022) afirmam que o “patrimônio universitário brasileiro, é guardião certamente do maior e um dos mais importantes acervos científicos do país”, porém, “não está adequadamente considerado na agenda das políticas públicas do ensino superior e nem de proteção do patrimônio nacional”. Ou seja, o enfraquecimento político dos museus universitários ocorre em diferentes instâncias, tanto internas (na UFRJ) - como mencionado nos tópicos anteriores; quanto externa, considerando as inações do próprio governo federal.

Além disso, a importância desses espaços vai além do que já foi discutido até o momento. Muitas vezes eles não são reconhecidos como atividade fim da universidade, mas estão completamente inseridos no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Além de serem espaços que contribuem para “a promoção do espírito público, da consciência cidadã e da valorização da memória e do patrimônio científico e cultural” (Carvalho; Julião; Cunha, 2022), corroborando a relevância dos museus universitários na formação do corpo discente, seja na graduação ou na pós-graduação.

Os supracitados autores elencaram 9 recomendações para auxiliar o poder público na tomada de decisão sobre os museus universitários, em que se destacam o estabelecimento de políticas públicas que contemplem estes museus, definição dos processos de institucionalização desses espaços dentro e fora das universidades, criação de linhas orçamentárias próprias, a formação de equipes especializadas, entre outros. Mas como viabilizar essas recomendações, considerando as regras, impedimentos e adversidades do funcionamento das universidades e do próprio Estado brasileiro?

Conforme destaca Ribeiro (2013):

No âmbito da gestão pública é importante perceber que, quando tratamos dos museus e acervos das instituições de ensino superior públicas, estamos tratando de instituições cuja gestão está vinculada ao funcionamento, regras e impedimentos da administração da coisa pública, com as vicissitudes do bom ou mau funcionamento do Estado brasileiro (Ribeiro, 2013, p. 89).

Muitos impedimentos e vícios culminaram no incêndio do primeiro e principal museu do país, que após investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, foi constatado que os seus gestores (atual e anteriores) não eram culpados pelo ocorrido, pois solicitaram, incansavelmente, recursos para a solução dos problemas no palácio, buscando, inclusive, ajuda e recursos externos, porém, sem êxito a tempo de evitar o sinistro (Brasil, 2020).

Após o incêndio do Museu Nacional, o governo federal iniciou uma série de mobilizações e intervenções que, além de não auxiliarem a situação dos museus universitários, muitas vezes, nem dizia respeito a eles, demonstrando, mais uma vez, que a área ainda carece de estudos e fortalecimento político. Para explicar melhor essa situação, os museus universitários federais, como é o caso do Museu Nacional, pertencem às universidades, logo, estão vinculados ao Ministério da Educação. No entanto, uma das primeiras ações anunciadas pelo governo federal após o incêndio foi transformar o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, vinculado ao Ministério do Turismo (no governo atual 2022-2026, retornando como Ministério da Cultura), em Agência Brasileira de Museus. Com esta ação, 26 unidades museológicas, vinculadas

ao Ministério da Cultura, seriam administradas por essa agência, que seria composta por dois conselhos, um fiscal e um deliberativo, e por uma diretoria-executiva (Agência Câmara de Notícias, 2018).

A medida provisória (850/18) que propunha a alteração e extinção do IBRAM foi enviada pelo governo federal para análise do Congresso Nacional no dia 11 de setembro de 2018, 9 dias após o incêndio. Porém, cabe ressaltar que esta alteração em nada afetava os museus universitários federais. São situações, competências e até ministérios diferentes, em que um não possui gerência sobre outro. Esta ação pode ser interpretada como uma tentativa de dar uma resposta rápida para a sociedade e mostrar que algo estava sendo feito, porém também é reflexo de que os políticos influentes no governo federal naquele momento, pouco entendiam do assunto. Momentos nefastos como esse não podem ser esquecidos e devem ser utilizados como combustível para que a comunidade museal universitária reflita e se organize para estabelecer políticas públicas duradouras para os museus e proponha mecanismos para avaliação, revisão, consolidação e fortalecimento das que já existem.

A citada medida provisória foi repudiada pelo campo e não avançou. Em 2019 foram criados grupos de trabalhos, como o GT Interministerial sobre os Museus Federais e a Comissão Andifes Memória, Museus, Coleções e Patrimônios Culturais, Artísticos e Científicos, coordenada pela professora Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A comunidade museal universitária recebeu poucas notícias sobre o trabalho desenvolvido pelo GT Interministerial sobre os museus federais neste período, embora se saiba que ele tenha sido criado para atender ao Acórdão 1.243/2019 realizado pelo Tribunal de Contas da União - Plenário.

Houve uma reunião presencial deste grupo nas instalações da UFRJ na Praia Vermelha (Rio de Janeiro) em outubro de 2022 e foram propostos quatro eixos de trabalho do Comitê: (i) cadastro e diagnóstico; (ii) planejamento/desafios; (iii) matriz orçamentária e financiamento; (iv) gestão de risco. Os resultados deste trabalho foram apresentados também no Rio de Janeiro, em agosto de 2023, em uma reunião temática no Fórum Permanente de Museus Universitários, coordenada por Diana Junkes Bueno Martha (UFSCAR) e Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (UFBA). Conforme relatado na reunião, o trabalho do GT foi marcado por interrupções e descontinuidades por falta de incentivo e recursos humanos e financeiros. Ficou claro naquele momento que havia a necessidade de apoio à consolidação e ampliação da Comissão Andifes Memória, Museus, Coleções e Patrimônios Culturais, Artísticos e Científicos, que os prazos previstos para a elaboração do Plano de Ação dos Museus Federais não poderiam ser cumpridos e que a prorrogação desse prazo deveria ser

avaliada pelo IBRAM e TCU. Esses pedidos constam no relatório enviado à Secretaria Superior de Educação - SESU/MEC pela coordenação do evento (Fórum Permanente de Museus Universitários, 2023).

É importante destacar que essas reuniões foram o resultado de um movimento anterior. Conforme detalham Carvalho, Julião e Cunha (2022), entre setembro e outubro de 2020, durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2), o Ministério da Educação e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura, elaboraram questionários com o objetivo de verificar a situação dos museus universitários federais, especialmente no que se referia ao planejamento (plano museológico) e às questões de segurança e prevenção de riscos, a fim de fornecer subsídios para a elaboração de um plano de ação conforme previsto pelo Acórdão 1.243/2019 – TCU-Plenário.

O Acórdão nº 1.243/2019 – TCU – Plenário, relatado pelo ministro André Carvalho e tendo como entidade responsável o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), teve por finalidade “verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais”. O documento estabeleceu um conjunto de diretrizes e ações a serem implementadas pelos museus, incluindo a elaboração de planos museológicos, a adoção de medidas de proteção às reservas técnicas e o aprimoramento do planejamento orçamentário e de segurança, entre outras (Brasil, 2019). Entretanto, transcorridos mais de seis anos desde sua publicação, observa-se que grande parte dessas recomendações permanece sem efetiva implementação, evidenciando limites estruturais, administrativos, financeiros e políticos que impedem a consolidação de políticas duradouras de preservação e gestão no âmbito dos museus universitários federais.

De volta ao questionário mencionado anteriormente, os dados obtidos foram analisados por Carvalho, Julião e Cunha (2022) com o objetivo de subsidiar a formulação de um plano de ação para os museus universitários federais. A dificuldade inicial de análise dos dados obtidos foi grande, pois havia a necessidade de compreender como esses espaços se configuravam e que nem todas as iniciativas poderiam se reconhecer como museus. Embora a teoria museológica compreenda diversos espaços e territórios como museus, muitos profissionais desconhecem este universo e podem ter começado a atuar na preservação de determinados acervos por afinidade com a tipologia e não por entenderem conceitualmente o que é um Museu e compreenderem as especificidades teóricas e práticas deste ofício. Nas respostas, muitos museus foram classificados como museus tradicionais, embora tenha havido também indicações de centros de memória, herbários e outros. De acordo com os autores, essas e outras questões que surgiram dos questionários ainda precisam ser

aprofundadas em outros estudos, a fim de dar continuidade aos subsídios para a elaboração do Plano de Ação dos Museus Federais que até o momento da redação deste texto, encontrava-se em desenvolvimento, iniciando o terceiro ciclo de encontros promovidos pelo TCU com os museus federais, com a implementação de um projeto piloto em algumas instituições.

Outro ponto crucial em relação aos museus na UFRJ está relacionado à criação do Plano Museológico. Todo museu deve elaborar o seu plano museológico para atender a legislação brasileira e, no caso dos museus universitários, também é fundamental para atender às determinações do Acórdão 1.243/2019 -TCU-Plenário.

O Plano Museológico é uma ferramenta de planejamento estratégico, fundamental para a compreensão das funções dos museus. De acordo com o livro “Subsídios para a elaboração de planos museológicos”, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, é a partir do plano museológico que...

[...] as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa. Assim, o Plano Museológico permite que a instituição utilize todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos da forma mais eficaz. A ferramenta de gestão foi instituída pela Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, no qual é reiterada no seu escopo a importância do Plano Museológico, bem como a competência do Ibram em subsidiar tecnicamente os museus, nesse processo (Instituto Brasileiro de Museus, 2016, p. 3).

Um plano museológico bem-feito possibilita definir prioridades, indicar os caminhos a serem tomados, acompanhar as ações e avaliar o cumprimento dos objetivos. A elaboração de um plano museológico contempla diversos programas essenciais para o funcionamento do museu como acervos, educação, exposição, acessibilidade, segurança, gestão de pessoas, entre outros. Durante a sua elaboração é sugerido que se faça o exercício proposto pela matriz FOFA (ou SWOT em inglês) para se verificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças das instituições e, a partir dela, gerar reflexões e possibilidades (Instituto Brasileiro de Museus, 2016).

Nem todos os museus da UFRJ possuem o seu plano museológico, estando, portanto, infringindo a legislação e o Acórdão 1.243/2019 -TCU-Plenário, esse é um desafio urgente a ser enfrentado. Esse é mais um dos diversos desafios que os museus da universidade possuem e deve ser tratado como prioridade pelos seus gestores. Caso não tenham condições de desenvolvê-lo, é importante sinalizar isso às instâncias superiores, informando também os motivos, para que se possa pensar em soluções. É possível que o estabelecimento de uma orientação normativa para espaços como esses, vinda da administração central da universidade, bem como o intercâmbio de especialistas, em especial museólogos, ajude neste processo.

Além disso, cabe destacar que o plano museológico deve ser aprovado pela instituição mantenedora. Como isso acontecerá e por quais instâncias o plano percorrerá para ser considerado aprovado não está normatizado na UFRJ. Esse é mais um ponto que o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MINC e a Secretaria Superior de Educação - SSE/MEC poderiam, em conjunto, buscar orientar as universidades para que elas, respeitando a autonomia universitária, possam escolher e determinar o melhor caminho para os seus museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada foi possível demonstrar a relevância dos museus para as universidades federais e elencar alguns desafios presentes na relação entre os museus e as universidades. Os museus que estão em universidades possuem as mesmas características de outros museus, mas também possuem características próprias do universo acadêmico e universitário. Isso interfere no processo de musealização e faz com que algumas etapas sejam mais longas ou aconteçam de forma diferente que em outros museus. O próprio “tempo da universidade” é um fator a ser considerado e, muitas vezes, faz com que as soluções sejam mais morosas do que o aparecimento dos desafios.

Os museus universitários desempenham um papel estratégico nas instituições de ensino superior, tanto na preservação e difusão do patrimônio científico e cultural quanto na produção de conhecimento. Entretanto, suas especificidades institucionais frequentemente não são consideradas nos processos de gestão, financiamento e definição de prioridades acadêmicas. Torna-se, portanto, imprescindível a formulação de políticas públicas internas, no âmbito das próprias universidades; e externas, por meio de ações do governo federal, bem como o fortalecimento e a consolidação das políticas já existentes. Como discutido ao longo deste texto, o campo museal permanece politicamente vulnerável, sendo suscetível a retrocessos mesmo diante de mínima desmobilização ou ausência de ação institucional. No caso dos museus vinculados às universidades, essa vulnerabilidade é intensificada, pelo fato de que os museus não são usualmente reconhecidos como atividade-fim da universidade e, conseqüentemente, dispõem de recursos financeiros, humanos e estruturais bastante limitados para sua manutenção e desenvolvimento.

No caso específico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, torna-se imprescindível o desenvolvimento de mecanismos de fortalecimento dos museus e do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio, bem como a reativação e atualização da política “Você Faz Cultura 2012: uma política cultural, artística e de difusão

científico-cultural para a UFRJ”. Além disso, é necessário estabelecer uma estratégia institucional capaz de responder às recomendações do Acórdão nº 1.243/2019 – TCU – Plenário e de se articular ao futuro Plano de Ação dos Museus Federais.

O patrimônio museológico brasileiro resguardado pelos museus universitários é enorme e diversificado e sua relevância não pode ser lembrada apenas quando tragédias nacionais acontecem. Ações preventivas são menos onerosas que ações corretivas ou mitigadoras porque qualquer perda patrimonial é imensurável. O governo federal, sendo instância mantenedora das universidades públicas federais, possui a responsabilidade de apoiar e disponibilizar recursos humanos e financeiros para os museus universitários. Cabem aos atores do campo museal universitário, bem como às lideranças das universidades, lutar por melhores condições de trabalho junto às instâncias superiores e atuar no desenvolvimento de políticas públicas potentes para os museus universitários.

Mais do que estruturas administrativas, acervos e prédios, esses museus guardam histórias, memórias e identidades que atravessam gerações. São espaços em que o passado toca o presente e nos projeta para futuros possíveis. Portanto, defendê-los é defender a própria possibilidade de continuar narrando quem somos como sociedade. Que essa responsabilidade, compartilhada entre Estado, universidades e comunidades científica e cultural, seja reconhecida não apenas diante da perda, mas enquanto compromisso contínuo com a preservação da nossa herança cultural e do nosso direito coletivo à memória.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Medida provisória cria a Agência Brasileira de Museus. **Câmara dos Deputados**, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/544683-medida-provisoria-cria-a-agencia-brasileira-de-museus/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. **Planalto**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário, 2019. Processo 041.083/2018-0. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Relator: Min. substituto André Luís de Carvalho, 29 de maio de 2019. **Tribunal de contas da União**. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2352032%22>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. PF conclui investigação sobre o incêndio que destruiu o Museu Nacional. **Polícia Federal**. Ação PF. Notícias de Julho de 2020. Comunicação Social da Polícia Federal no Rio de Janeiro 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/07-noticias-de-julho-de-2020/pf-conclui-investigacao-sobre-o-incendio-que-destruiu-o-museu-nacional>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2006. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 10, p. 47-51, 1997. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/301>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues; JULIÃO, Letícia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus Universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 409-431, jul/dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (editores); SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier (tradução e comentários). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/FUNARJ, 2014, 100p.

FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS. **Relatório das Reuniões Temáticas**. Rede Brasileira de Museus e Coleções Universitárias e Fórum de Museus Universitários, 2023. Disponível em: <https://fpmu.com.br/mem%C3%B3ria-7%C2%BA-fpmu>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, 200p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos**. Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SEGANTINI, Verônica Campos; GRANATO, Marcus. Museus e patrimônio cultural universitário: discutindo conceitos e promovendo parcerias e articulações. In: ARAÚJO, Bruno Melo de; SEGANTINI, Verônica Campos; MAGALDI, Monique Batista; HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. (orgs). **Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios**. Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 51-65.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, p. 88 -102, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16366>. Acesso em: 19 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Boletim UFRJ**. Edição 27 de 5 de julho de 2018. Conselho Superior Universitário. Resolução 5/2018. 2018, p. 19. Disponível em: <https://siarq.nuvem.ufrj.br/s/24Ss5sKE4f3H78w?dir=/Boletins%20Digitais%201999-2023/Boletins%202018&editing=false&openfile=true>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFRJ. **Relatório de autoavaliação institucional**. 2023. Ano base: 2022. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível em: <https://recredenciamento.ufrj.br/wp-content/uploads/sftp/relatorio-cpa-2023-2022.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Você faz Cultura 2012: uma política cultural, artística e de difusão científico-cultural para a UFRJ.** Fórum de Ciência e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012, 23p. Disponível em: https://adufRJ.org.br/wp-content/uploads/2014/09/revista_voce_faz_cultura_final_web.pdf. Acesso em: 1 jun. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro

Bacharel em Museologia pela UNIRIO, Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST e doutora em Ciências (Geologia) pela UFRJ. Diretora e Museóloga do Museu da Geodiversidade, do Instituto de Geociências da UFRJ. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST.

E-mail: alinecastro@igeo.ufrj.br

Antonio José Barbosa de Oliveira

Bacharel e Licenciado em História, Mestre em História Comparada e Doutor em Memória Social. Professor Associado III FACC/UFRJ.

Email: antoniojose@facc.ufrj.br

Recebido em: 04/07/2024

Aprovado em: 19/03/2025